

OS AGENTES DO SERVIÇO MUSICAL  
DAS CATEDRAIS DE ELVAS E PORTALEGRE

Autor: Hugo Porto

Capa: António José Pedro

Imagem da capa: Pintura de Cláudio Coello,  
*Carlos II adorando la Sagrada Forma*,  
patrimônio nacional, 10014789,  
Monasterio de San Lorenzo de El Escorial, Espanha

© Edições Húmus, Lda., 2022 e Autor  
Apartado 7081  
4764-908 Ribeirão - V. N. Famalicão  
Telef. 926 375 305  
[humerus@humus.com.pt](mailto:humerus@humus.com.pt)  
[www.edicoeshumus.pt](http://www.edicoeshumus.pt)  
ISBN: 978-989-755-739-2

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. - V. N. Famalicão  
1.ª edição: Abril de 2022  
Depósito legal: 495843/22

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da Fundação  
para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UIDB/00057/2020.

## Prefácio

**Ao Leitor: o livro e a teia de questões com que foi pensado**

Eis-nos a escrever uma espécie de protocolo de leitura, como faziam os Autores dos séculos XVII e XVIII. É simultaneamente um convite para que o Leitor percorra com afã as muitas páginas deste livro.

As catedrais foram, durante séculos, focos de irradiação cultural, e particularmente, musical; a liturgia, sustentada pelo canto, chegava a toda a comunidade; o som dos sinos pautava a vida quotidiana, do indivíduo e do conjunto da paróquia, distinguindo inclusive estatutos sociais, se necessário fosse; os charameleiros extravasavam a igreja, não só nas procissões, mas também em eventos rituais e festivos. O tempo longo da organização eclesiástica favorece uma visão historicamente abrangente dos agentes envolvidos. Enquanto a música lograva, em muitos casos, sobreviver à usura do tempo (menos graças ao seu estatuto artístico do que à sua continuidade funcional), os seus protagonistas viviam circunstâncias mais terrenas. Eram situações comuns a grande parte dos contemporâneos, mas ainda assim ligadas à fortuna, muito variável, das instituições que serviam.

Em épocas muito recuadas, o anonimato dos músicos e a exiguidade das regras escritas são constantes que frustram as tentativas de identificar as condições de trabalho, observar as movimentações dos indivíduos e aperceber os seus anseios; quando muito, surge o nome de um organista desgarrado. A partir do século XVI, precisamente quando assoma nas catedrais um corpo de cantores profissionais habilitados a fazer música a várias vozes (a capela), e a par deles, instrumentistas de apoio, a documentação torna-se mais copiosa. No entanto, a trivialidade dos conteúdos faz desesperar quem queira dela extrair algo de relevante. O enquadramento social e profissional dos clérigos cantores e dos músicos é, contudo, um microcosmo que nos dá informações preciosas sobre a respectiva comunidade, apercebida nas contradições das suas vivências históricas. Não admira que Hugo Porto, enquanto historiador, tenha sido atraído para o universo social, afinal tão pouco conhecido como merecedor de atenção, das capelas musicais e do seu entorno próximo.

Este livro nasceu, por conseguinte, da imensa curiosidade do Autor, aliada a uma férrea disciplina de trabalho, apta a harmonizar muitos afazeres, desde os familiares aos profissionais, sem esquecer o tempo para a cultura e o querer saber sempre mais. Quem estudou Música, como foi o caso do Hugo Porto, ganha muitas vezes esta auto-disciplina. Assim, esta obra é o produto de muitas alegadas e de muitas incursões nos arquivos à sexta-feira, o dia livre que, durante algum tempo, conquistou para se dedicar à pesquisa. Resulta do seu interesse em cruzar Música Antiga, História Social, História das Instituições religiosas e as problemáticas do Sul Peninsular, no Antigo Regime. São tudo áreas de investigação do Autor que, por isso, rapidamente equacionou aprofundar o que se sabia sobre capelas musicais, na hora de selecionar o tema para o seu doutoramento. Colocou o foco nos agentes que davam vida e som a estas organizações, no interior das catedrais e eventualmente em algumas colegiadas ligadas às primeiras.

Não era um território intocado. Desde o Cónego Alegria<sup>1</sup> até ao trabalho de Paulo Estudante<sup>2</sup> já muitos outros estudiosos, alguns bem recentes<sup>3</sup>, tinham dado atenção a estes espaços de celebração religiosa, em Portugal. Feita a clássica revisão bibliográfica, Hugo Porto tentou diferenciar-se optando, quer pelo enfoque historiográfico, quer por sés de criação quinhentista, sem um longo passado, e de pequena dimensão, situadas na zona mais próxima da fronteira: Portalegre e Elvas. Por isso, acompanhando a vida das instituições, alargou a sua cronologia de estudo até aos anos finais da monarquia. Importava ver até que ponto situar-se longe de grandes centros era marcante e em que medida o influxo castelhano, pela sua proximidade, pautava escolhas, tanto de indivíduos como de repertórios ou gostos musicais. A mesma inquietação levou ainda o Autor a ponderar mais dois polos de referência erguidos neste território: Évora e a Casa de Bragança, sediada em Vila Viçosa. Será que as catedrais de Portalegre e

<sup>1</sup> José Augusto Alegria, *História da capela e Colégio dos Santos Reis de Vila Viçosa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Serviço de Música, 1983.

<sup>2</sup> Paulo Estudante Dias, "Por serem anto necessários para o serviço desta Sé" incorporação permanente dos charangas no serviço musical da Sé de Coimbra (sécs. XVI-XVII)", *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol.27, 2014, pp. 295-339.

<sup>3</sup> Luís Cabral, *A capela musical da Sé do Porto no século XVI*, Porto, L. Cabral, 2003 ; João Pedro Delgado, *O esplendor musical egaliense: mestres de capela na Sé da Guarda Séc. XVI a XIX*, Guarda, Câmara Municipal, 2009 ; João Pedro DaAlvarenga, «To make of Lisbon a new Rome? The repertory of the Patriarchal Church in the 1720s and 1730s» *Eighteenth Century Music*, vol.8, n.º 2, 2011, pp. 179-214; Cristina Fernandes, «Patronos da arte dos sons: a actividade musical na Patriarcal e na Capela Real de Lisboa entre 1750 e 1807», *Invenire*, n.º 5, 2012 ; Pilar Diez del Corral Corredoira; Cristina Fernandes, «Del Tajo al Tíber: la formación de músicos y artistas portugueses en Roma durante el reinado de Juan V (1707-1750)», *Revista de Historia Moderna*, vol.38, 2020, pp. 326-359.

Elvas estavam verdadeiramente na área de influência tanto da sede da arquidiocese, como da capela da maior casa senhorial portuguesa no final do século XVI? Haveria circulação de músicos entre todas estas capelas? No século XVIII, qual era a influência dos novos gostos musicais introduzidos primeiro em Lisboa, na Patriarcal? Por fim, a sua questão central: quem eram os agentes musicais, como eram formados? Como se fazia o recrutamento no enquadramento referido?

Munido destes e de outros pontos de interrogação, Hugo Porto foi em busca de metodologias adequadas e de fontes. Em relação às primeiras tentou alicerçar tudo numa base de dados prosopográfica, que ainda agora continua a alimentar para estudos futuros. Quanto às segundas, privilegiou em muitos aspectos os registos contabilísticos e os livros notariais, o que representou um grande desafio. Partiu em busca do cantor e do instrumentista, entrosado na sua vida material, próxima do quotidiano. Como lidou quase sempre com grupos sociais intermédios ou nem tanto, a sua presença nas fontes nem sempre era fácil de identificar. As homônimas constituíram um claro e repetido entrave.

Os fundos notariais são fontes seriáveis muito úteis aos historiador, mas pouco ou nada amigáveis de desbravar. Têm a vantagem de oferecer uma tipologia de eventos semelhantes para todo o país e fora dele: contratos de compra e venda; quitações; renúncias; cartas de obrigação; dotes; procurações; alforrias; contratos de aprendizagem e uma miríade de outros documentos que, ontem como hoje, tipificavam o pulsar (supostamente legal) da vida em comunidade. Todos os grupos sociais, embora com desigual frequência e razões, deixaram rastos nestas páginas. É uma boa forma de captar as vivências de quem não fazia parte da nobreza e menos ainda das elites. Se as capelas e muita literatura da época em torno delas era exaltativa, estas fontes devolviam eventos menos artificiais, não obstante as fórmulas jurídicas. Para mais o Autor, antes de passar pela licenciatura em História, sentou-se nos bancos de uma Faculdade de Direito. Diplomado nas duas áreas, rapidamente mergulhou por estas águas dos contratos com mestria. Mesmo a caligrafia dos tabeliães, de que toda a gente se queixa – a pior de quanta há nos Arquivos –, não se revelou um obstáculo intransponível. Desta forma, percorreu sistematicamente muitos notariais, com um critério claro de amostragem, pois as teses têm prazos e os registos tabelionícios são infinitos.

Muitos livros dos fundos paroquiais também foram sistematicamente explorados, por duas razões. Em primeiro lugar, teve em vista obter dados da parentela dos agentes musicais em estudo; em segundo lugar, porque se trata de

outra fonte apta a dar conta de todos, incluindo da gente comum. Com efeito, raramente os cantores e instrumentistas tinham pergaminhos de antepassados.

Fazer um doutoramento exige muita persistência, não obstante os progressos da digitalização e das tecnologias da informação. Depois de muitas leituras e muito trabalho de arquivo, sobretudo em Portalegre e Elvas, mas também em Évora e em Lisboa, começou a montar o *puzzle*, tratando dados e iniciando a redação. Aqui nem sempre houve convergência: ele que, atendendo aos interesses dos musicólogos, quis manter o estudo separado das capelas musicais e dos indivíduos; uma parte da sua equipa de orientação que pretendia estudos integrados. Prevaleceu o seu enfoque, pois num estudo interdisciplinar, há lugar para o compromisso. O doutorando tem de ser o Autor fundamental num texto desta natureza; importa que sinta plenamente o trabalho como seu.

Sobre as conclusões nada vamos desvendar. Cabe ao Leitor deixar-se guiar pela curiosidade e descobrir. Uma coisa é certa: trata-se de um trabalho importante não só para quem faz história da Música, mas também para quem faz história social dos grupos intermédios, que tão difíceis são de estudar. Para mais, a panorâmica que traça das capelas musicais catedralícias e do seu funcionamento constitui uma abordagem muito completa, para locais pouco explorados.

Defendida a tese (Universidade de Évora, 23 de Junho de 2020), feitas as devidas adaptações, o resultado de todo este itinerário de pesquisa fica agora disponível ao público, quer ao especializado, quer a todo aquele que se interessa por esta instituições que um dia deram esplendor às celebrações religiosas do interior sul de Portugal. Porque a Ciência deve ser reproduzível, o Autor prevê publicar muitas das fontes que escoraram este livro, num *e-Working paper*. Serão de proveito para ele e para muitos outros investigadores.

O Doutor Hugo Porto não pára. Assim esperamos que continue, investigando e publicando, dando vida à cultura e ajudando todos a interpretar os enredos das sociedades do passado, que tanto marcam e condicionam as de hoje. Quanto mais conhecemos esse legado, mais conscientes nos sentimos na complexidade das teias do presente. O conhecimento histórico é um enfoque fundamental que dá espessura às realidades de hoje.

Fernanda Olival

(Universidade de Évora; CIDEHUS)

Manuel Pedro Ferreira

(Universidade Nova de Lisboa; CESEM)

Ana Isabel López-Salazar

(Universidad Complutense de Madrid; CIDEHUS)